

“Barbas compridas, & corpos de ferro”: Fernão Mendes Pinto e o império português no Oriente

Luís André Nepomuceno

UNIPAM. Doutor em Teoria e História Literária pela Unicamp.
e-mail: luisandre.nepomuceno@gmail.com

Resumo: *A Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto, é o livro de memórias de um navegador, embaixador, pirata e escritor português que esteve por 21 anos no Oriente, entre 1537-1558, à época da expansão do império português por aquelas terras. O livro, publicado postumamente em 1614, tem sido lido ora como libelo contra o nacionalismo luso, ora como literatura de viagens a defender interesses eurocêntricos. O presente trabalho, buscando as relações entre a literatura e a história, a partir de conflitos políticos e sociais, pretende equilibrar e relativizar as teorias sobre o livro, e identificá-lo com dois temas: 1) o “desconcerto do mundo”, tão típico do séc. XVI; 2) a denúncia contra a tirania e suas consequências, como a intolerância, a violência e a traição das alianças políticas, independentemente de quem esteja por trás de tais projetos, se portugueses, muçulmanos ou gentios.

Palavras-chave: Renascimento português; Fernão Mendes Pinto; literatura e política.

Abstract: Fernão Mendes Pinto's *Peregrinação* is the book of memories written by the Portuguese navigator, ambassador, pirate and writer who had been for 21 years in the East, between 1537-1558, when the Portuguese empire was spreading its territories in those lands. The book, posthumously published in 1614, has been interpreted sometimes as a libel against the Portuguese nationalism, sometimes as travel literature defending Eurocentric interests. The present work, approaching literature and history, and considering political and social conflicts, intends to balance and reconsider the theories about the book, and to identify it with two themes: 1) the “world disorder”, typical of the 16th century; 2) the denounce against tyranny and its consequences, such as intolerance, violence and the betrayal of political alliances, regardless of who is acting in such projects, whether the Portuguese, the Muslims or the heathen.

Keywords: Portuguese Renaissance; Fernão Mendes Pinto; literature and politics.

Acena é romanesca: uma ilha nos mares da China, 1542. Estamos no capítulo 78 da *Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto. Corsários portugueses, sob o comando de Antonio de Faria, buscam, sôfregos e desesperados, os tesouros de ouro e prata num templo sagrado que estaria supostamente na mítica ilha de Calemplui, conforme lhes fora confirmado por um pirata, quando da temporada do navegador português no porto de Liampó. Para chegar lá, muita cobiça há de justificar o cansaço, a fome, as adversidades. Similau, também ele um pirata chinês, conduz os portugueses, mas abandona a embarcação, porque se perdera naquelas plagas praticamente desconhecidas e agora temia a retaliação de Antonio de Faria. Mais de 80 dias depois, os portugueses deparam com a ilha de Calemplui e seus tesouros: o templo sagrado, ornado de preciosidades inimagináveis, misturadas aos ossos dos imperadores mortos. Antonio de Faria (personagem histórico, romanceado por Mendes Pinto) saqueia esculturas e imagens religiosas, enquanto Hiticou, o velho guardião do templo, condena a ganância portuguesa, mas em vão. No dia seguinte, os estrangeiros pilham outros templos e saem às carreiras, sabendo que foram denunciados. Antes da retirada, ameaçam dois ermitões, um dos quais diz que um santo homem de uma daquelas ermidas se afligira com os saques da noite anterior, gritando:

sabey que são entradas gentes estrangeyras do cabo do mundo com barbas compridas, & corpos de ferro, na casa dos vinte & sete pilares, de que hum santo homem que me isso disse era vassoura do chão, & roubando nella o tisouro dos santos, botarão com desprezo seus ossos no meyo da terra, & os contaminarão com escarros podres & fedorentos, dando muytas risadas como demonios obstinados & contumazes no primeyro peccado [...]¹.

Não é essa uma exceção entre os inúmeros episódios da *Peregrinação* em que povos do Oriente fazem considerações terrivelmente negativas sobre os portugueses que, tendo descoberto o caminho marítimo para a Índia em 1497, garantiam, junto aos países da Ásia Extrema, naquela primeira metade do séc. XVI, o monopólio comercial do Oceano Índico, bem como a legitimidade de Deus e da Igreja para suas atividades mercantis²: “[...] cegos, & atolados em suas cubiças & interesses”, dirá o rei de Aaau a respeito dos mercadores lusos (cap. 85); “[...] bem se vê pelas muytas riquezas que esta nação barbada geralmente possui em toda a terra por força de braço armado, em afronta de todas as outras nações”, consideram os chineses em Liampó, diante das homenagens a António de Faria (cap. 68). Exemplos se multiplicam.

¹ *Fernão Mendes Pinto and the Peregrinação: studies, restored Portuguese text, notes and indexes*. Dir. de Jorge Santos Alves. Lisboa: Fundação Oriente/ Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2010 (4 vols.), vol. II, cap. 78, p. 258. Daqui em diante, todas as citações da *Peregrinação* serão extraídas desta edição, mencionando-se o número do capítulo e a página.

² Charles Boxer avalia que os portugueses “conseguiram obter e manter, praticamente durante todo o século XVI, uma posição dominante no comércio marítimo do Índico e uma parte importante do comércio marítimo a oriente dos estreitos de Malaca”: BOXER, Charles. *O império marítimo português: 1415-1825*. Trad. Inês Silva Duarte. Lisboa: Edições 70, 2012, p. 55,

Rebecca Catz, leitora de Fernão Mendes Pinto, aponta que a imagem de “ladrões do mar” dos portugueses amplia-se de tal forma que eles “não mais podem passar-se por mercadores, nem conseguir estabelecer quaisquer relações normais de comércio com as populações locais”³. A imagem portuguesa no Oriente é sinistra e ruïnosa, pelos menos a julgar pelos olhos daqueles orientais retratados por Mendes Pinto.

Compondo esse retrato depreciativo dos portugueses sob o olhar da gente oriental, a *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto é um livro praticamente sem pares na história do Renascimento português. O suposto livro de memórias (que é também crônica, romance, livro de viagens e historiografia) narra as aventuras de seu autor por 21 anos no Oriente, peregrinando pelos mais diversos reinos da Ásia, atuando como mercador, embaixador, pirata, tendo sido “treze vezes cativo, & dezassete vendido”, e por fim, anotando costumes, valores e condutas dos povos orientais da Índia, Etiópia, Arábia, China, Japão, Tartária, Sião, Pegu, Samatra e outras províncias.

Embora a *Peregrinação* seja composta por uma diversidade de temas e enredos, é possível entrever na edificação do livro um plano que, se inicialmente beira a dimensão biográfica, alcança, ao final, também a pretensão historiográfica e estética, atendendo a princípios que o autor poderá ter julgado importantes para a separação em blocos temáticos. Como o objetivo do presente trabalho é pontuar no livro a temática do desconcerto do mundo e o olhar do autor sobre as práticas da tirania e suas consequências (a violência, a cobiça), parece necessário repensar a natureza desses blocos temáticos, como forma de entrever o eixo central da narrativa e os argumentos que o rodeiam e lhe servem de sustentação e matéria.

A avalanche de temas, nomes e lugares mencionados no livro, somada aos sucessos romanescos e às patuscadas pessoais do narrador – num jogo que transita constantemente entre o narrador homodiegético e autodiegético – parece deixar a marca de uma narrativa descentrada, fragmentária, num misto de experiências pessoais e de historietas livrescas extraídas de manuais de cronística da época⁴. Entretanto, a considerar o todo, os painéis narrativos criados por Mendes Pinto, em que ele demarca fronteiras entre o eu como foco central da ação e como mera testemunha dos acontecimentos históricos, projetam a figura do herói (ou anti-herói, para alguns) como eixo de uma grande roda, de tal forma a evidenciar que o narrador é sempre a imagem e o arquétipo do português envolvido com os acontecimentos e crises do mundo oriental. Não é narrativa fragmentária. E assim sendo, Fernão Mendes Pinto (nome verdadeiro do narrador, mencionado apenas no penúltimo capítulo) é o próprio eixo central da narrativa, protótipo de certa identidade que se revela a própria consciência portuguesa a se desdobrar em variedades de comportamento, seja como pirata, seja como embaixador, seja como missionário, seja ainda como prisioneiro ou mendigo. As imagens de si, construídas ao longo do livro, são modelos ou retratos de determinadas condições da aventura

³ CATZ, Rebecca. *Fernão Mendes Pinto: sátira e anti-cruzada na Peregrinação*. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa 1981, p. 55.

⁴ João David Pinto Correia traça um painel de identidades do narrador da *Peregrinação*, conforme uma narrativa autodiegética, homodiegética e heterodiegética: CORREIA, João David Pinto. *A “Peregrinação” de Fernão Mendes Pinto: autobiografia e aventura na literatura de viagens*. Lisboa: Seara Nova/ Editorial Comunicação, 1979, p. 60.

portuguesa no Oriente. E para cada retrato de si constrói-se, ao mesmo tempo, um retrato diferente da própria nação. Rui Loureiro já havia chamado a atenção para o fato de que toda a composição do livro é artificialmente organizada em torno da personagem central, de forma a produzir a ilusão da credibilidade⁵.

Portanto, quando o narrador, no capítulo 17, tem de ouvir do rei dos Batas um desabafo de estadista traído por suas alianças políticas (“Ah Portuguez, Portuguez, rogo-te que não faças de mim tão necio”), parece justo entender que Mendes Pinto nos oferece aqui a própria imagem do português como mau embaixador, como o traíçoeiro de seus aliados políticos, sendo estes os expositores de verdades amargas que se ampliam para uma dimensão visivelmente histórica. Ou quando o narrador testemunha o discurso do menino chinês (cap. 55), cujo pai fora saqueado na Ilha dos Ladrões, ou ainda o discurso do velho Hiticou, nos já mencionados templos de Calemplui, parece sensato compreender aqui o retrato do mercador português como saqueador de templos e embarcações de nativos desprotegidos nos mares e sertões do Oriente.

Ocorre, entretanto, que as atrocidades e selvagerias cometidas por portugueses em terras orientais não são exclusividade sua, mas compõem um quadro de barbárie, que é o cenário mesmo dos mares do Índico em meados do séc. XVI, quando orientais, muçulmanos e europeus buscavam disputar furiosamente os domínios do comércio, no plano da legalidade, ou mesmo da pirataria, no plano da ilegalidade. O jorro inacabável de nomes e reinos que se digladiam e disputam tesouros e terras no livro de Mendes Pinto parece sugerir um mundo em desconcerto, em que tiranos, justos e injustiçados, íntegros, bons governantes, vítimas, algozes, todos eles se misturam numa dança frenética de poderes, ascensões e revezes, numa confusão de linhas de força a sugerir que o curso da história é 1) cruel com os bons e favorável aos maus; ou 2) cruel e desfavorável com os bons e com os maus, indistintamente. No vaivém dos incidentes, o que emerge no decurso da história são o despropósito e a absurdidade dos acontecimentos, o velho “desconcerto do mundo”, mencionado por Fernão Álvares do Oriente, Camões, Gil Vicente ou Sá de Miranda, naqueles discursos em que a cobiça e a ânsia de honras e riquezas são os instrumentos e a própria roda da história. Como define Carvalho Buescu, “trata-se, portanto, da explicitação do Mundo ao revés, um dos tópicos de maior incidência e produtividade no século XVI”⁶, e que na obra de Mendes Pinto parece assumir dimensões históricas, trágicas e cosmogônicas.

⁵ LOUREIRO, Rui. “Mission impossible”, p. 254. A questão do papel do narrador na *Peregrinação* é altamente complexa e tem levantado as mais diversas polémicas, entre as quais se encontra o problema da demarcação entre o narrador e o autor. Célia Carvalho, acompanhando a tese de João David Pinto Correia, prefere acreditar que “separar o eu-enunciado do eu-enunciador acaba por se afigurar como uma metodologia arriscada”: CARVALHO, Célia. “Acerca da autobiografia na *Peregrinação*”, in: SEIXO, Maria Alzira e ZURBACH, Christine (org.). *O discurso literário da “Peregrinação”*. Lisboa: Edições Cosmos, 1999, p. 38. Ricardo Luiz de Sousa, ao contrário, acompanhando a tese polémica de Rebecca Catz, prefere acreditar que “narrador e autor são entidades distintas”: SOUZA, Ricardo Luiz de. “Fernão Mendes Pinto e Diogo do Couto: as vozes do outro”, *Patrimônio e Memória*, vol. 7, n. 2, dez. 2011, p. 22.

⁶ BUESCU, Maria Leonor C. *Ensaio de literatura portuguesa*. Lisboa: Editorial Presença, 1986, p. 18.

Pode ser justo pensar que, nessa roda insana da história, os portugueses não passam de um reino a mais entre tantos no meio das lutas políticas do Oriente. O que estaria pensando o narrador da *Peregrinação* a esse respeito? Em que sentido os portugueses se diferenciam dos demais povos orientais, em meio à turbulência pelo poder? Em outros termos, com que disposição Fernão Mendes Pinto coloca os seus olhos sobre o império português no Oriente? Michael Pearson defende que até o séc. XV, o comércio, e mesmo a pirataria nos mares do Índico, eram quase que uma exclusividade muçulmana, e estes eram altamente desenvolvidos no comércio, porém não tanto na guerra, e que o domínio e a expansão do império português naqueles mares não significam ao mesmo tempo uma nova era dominada pelo poder europeu⁷. Nesse sentido, pelo menos no âmbito da história, os portugueses são, sim, mais um império no meio de tantos outros a disputar riquezas e territórios no Oriente. Contudo, um império representado por uma gente que até então não fizera parte daquela história, e que quando passa a fazer, prefere ditar regras e impor condições alheias ao mundo do comércio, bem como dar a conhecer certas disposições culturais opressivas, como o proselitismo e o fanatismo religioso, e por fim, o discurso hipócrita do caráter e da gentileza em meio à prática da barbárie⁸. Pelo menos é esse o retrato que se tem dos portugueses na *Peregrinação*.

Talvez um dos mais polêmicos temas do livro seja efetivamente o olhar de Mendes Pinto sobre as práticas políticas e sobre os trabalhos missionários do império português, de que ele fez parte ativa por longos anos, como mercador, embaixador e assistente de missionários. E no cerne dessa polêmica, críticos e historiadores divergem substancialmente. Rebecca Catz e António José Saraiva, velha-guarda de leitores da *Peregrinação*, puxaram uma correnteza de avaliações críticas, para as quais o livro de Mendes Pinto é uma sátira feroz à expansão portuguesa no Oriente, e seu narrador e personagem central, o típico anti-herói pícaro sobrevivendo em meio às peripécias de seus amos poderosos⁹. A tese central de Catz é de que a distinção entre o narrador e o autor pode tornar evidente que nem tudo aquilo que se diz no livro, da parte do narrador, teria sido a opinião do autor Mendes Pinto. Ricardo Luiz de Souza chega a considerar que a intenção satírica do texto está “sempre voltada para o Ocidente, nunca para

⁷ PEARSON, Michael N. “Mercados e comunidades mercantis no Oceano Índico: Situar os Portugueses”, in: BETHENCOURT, Francisco & Curto, Diogo Ramada (org.). *A expansão marítima portuguesa, 1400-1800*. Trad. Miguel Mata. Lisboa: Edições 70, 2010, p. 96-103.

⁸ Historiadores apontam que a expansão do império português foi intimamente identificada com a vocação ibérica para o trabalho missionário, e que os portugueses, já no séc. XV, receberam a exclusividade para a pregação religiosa nas terras do Atlântico Sul, e depois do Oriente, por meio da legitimação da Igreja, em suas bulas papais. Ver, por exemplo: CRISTÓVÃO, Fernando. “Da ‘boa-fé’ colonizadora à ‘má-fé’ colonialista e racista”, in: *O olhar do viajante: dos navegadores aos exploradores*. Coimbra: Edições Almedina, 2003, p. 269; e BOXER, Charles. *O império marítimo português: 1415-1825*, p. 228-230.

⁹ CATZ, Rebecca. *A sátira social de Fernão Mendes Pinto: uma análise crítica da Peregrinação*. Lisboa: Prelo Editora, 1978; e ainda SARAIVA, António José. *Fernão Mendes Pinto*. Lisboa: Europa-América, 1958.

o Oriente”¹⁰. Nesse mesmo caminho, Alexandre Flores *et al.* acrescentam que “o Autor faz contrastar a selvajaria e a impiedade dos seus companheiros, com a urbanidade, a tolerância e a sabedoria religiosa dos chineses, japoneses, ‘Léquiós’, e outros”¹¹, e Hernani Cidade observa uma espécie de empáfia cristã denunciada na *Peregrinação*, deixando claro que este livro daria início à tradição iluminista que retratou orientais, supostamente bárbaros, como superiores aos ocidentais, a exemplo do que fariam, por exemplo, Voltaire e Montesquieu¹².

Na contramão de tudo isso, Carlos Jorge, ao analisar o mundo de violência como prática comum da pirataria e do corso que grassaram nos mares do Índico em meados do séc. XVI, independentemente da participação portuguesa, aponta que não há no livro qualquer distinção maniqueísta entre ocidentais e orientais e que uma crítica ao imperialismo português seria atitude anacrônica para a época: “parece-nos excessivo, de facto, que se veja, no olhar ou na focalização de um observador da época, que contempla a lei dos mares, no Índico, e dela é vítima várias vezes, um lúcido libelo crítico contra a violência imperialista dos Portugueses”¹³. E Francisco Ferreira de Lima chega mesmo a considerar que, na *Peregrinação*, a conquista portuguesa em si “não é o mal, como compreenderam Saraiva e Catz, mas o bem, distribuído para todos: para os gentios, que ganham Cristo; para Deus, que amplia seu rebanho e para el rei que au-

¹⁰ SOUZA, Ricardo Luiz de. “Fernão Mendes Pinto e Diogo do Couto: as vozes do outro”, pp. 20-32.

¹¹ FLORES, Alexandre et. al. *Fernão Mendes Pinto: subsídios para a sua bio-bibliografia*. Almada: Câmara Municipal de Almada, 1983, p. 37.

¹² CIDADE, Ernani. *A literatura portuguesa e a expansão ultramarina*. 2 ed. Coimbra: Arménio Amado editor, 1963, vol. I, p. 178. G. Le Gentil, conhecido intérprete da *Peregrinação*, aponta em Fernão Mendes Pinto também um panfletista que denunciou a colonização portuguesa: “On dirait plutôt que l’auteur adopte la cause des indigènes et se demande, en leur nom, de quel droit ces aventuriers, venus de si loin, prétendent les dépouillier d’un bien qui appartenait à leurs ancêtres. [...] On y peut voir aussi la revolte d’une conscience troublée s’accusant de tous les maux qu’entraîne la colonization, laquelle, sur tous les continents, commence invariablement par un coup de force”: LE GENTIL, C. *Les portugais en Extrême Orient: Fernão Mendes Pinto, un précurseur de l’exotisme au XVIe siècle*. Paris: Hermann et Cie, 1947, p. 294.

¹³ JORGE, Carlos J. F. “A dimensão da pirataria na *Peregrinação*. Poder e contrapoder: uma ideologia da paródia”, in: SEIXO, Maria Alzira e ZURBACH, Christine (org.). *O discurso literário da “Peregrinação”*, p. 79. No entanto, é preciso considerar que interpretações favoráveis ao retrato de um Mendes Pinto denunciador da colonização portuguesa no Oriente (ao estilo do Velho do Restelo, de Camões), apoiam-se em certos discursos da época, como, por exemplo, em autos vicentinos, ou nas digressões filosóficas de Henrique Dias, autor de um opúsculo sobre o naufrágio da nau São Paulo, incluído na *História Trágico-marítima*, de Bernardo Gomes de Brito. Leia-se, a exemplo, a passagem: “Assim, não nos contentando com o que nos é dado e concedido de Deus, nos obriga nossa cobiça, *omnium malorum radix*, deixar nossa amada pátria e lares próprios, tão desejados, só por fugirmos à pobreza, que não pode ser maior que a deste estado, em que sofremos e passamos o fogo e frio de ambas as zonas, tão memoradas dos antigos, a que eles nunca cometeram nem viram, e menos experimentaram suas quenturas e frialdades”: BRITO, Bernardo Gomes de (org.). *História trágico-marítima*. 2 ed. Rio de Janeiro: Lacerda/ Contraponto, 1998, p. 221.

menta seus domínios e riquezas”¹⁴.

Embora bastante criticadas por novos investigadores, as teses de Rebecca Catz e António José Saraiva parecem sedutoras ainda hoje, a despeito de certas limitações e excessos na avaliação ideológica da *Peregrinação*. Na obra desses críticos, a controvérsia da colonização toma dimensões excepcionais, o que parece efetivamente corresponder ao eixo central do livro. E de fato, o problema da colonização, seguido de outras temáticas políticas, como a tirania, a corrupção, o mau governo e a própria violência nas relações de convivência com o outro, mesmo se excetuando a participação dos portugueses no romance, tem papel de primeiríssima grandeza. Nos capítulos 144 a 199 da *Peregrinação*, Mendes Pinto quase deixa de lado a saga portuguesa no Oriente (com muitas exceções, é certo) para se dedicar a um longo e criterioso estudo sobre a conduta política do homem oriental, num misto de narrativas homodiegéticas e heterodiegéticas (conforme proposta de João David Pinto Correia, já mencionada), em que o narrador ora participa das ações como personagem secundário, ora as coloca em cena como estudioso da matéria historiográfica sobre o Oriente, sem jamais ter participado daquilo que conta. Se nas primeiras partes do livro, a experiência portuguesa (as embaixadas, as pilhagens a templos, a dura vida no presídio chinês) revela-se o eixo de toda a trama, nos capítulos posteriores, o autor desloca o centro da ação para uma abordagem dos conflitos internos entre reinos do Oriente (Pegu, Java, Sião), sob as lentes do mesmo narrador que participou diretamente das atividades portuguesas relatadas na primeira parte. É possível que um olhar mais panorâmico sobre esses capítulos possa interferir, de uma forma ou de outra, na investigação que se faz da ação portuguesa no livro, no justo momento em que esta sai de cena, pelo menos como argumento central. Em outros termos, Mendes Pinto expõe a exame, numa fase tardia de sua narrativa, um conjunto de reflexões políticas que dá continuidade à matéria tratada na primeira parte, como se tudo fosse um conjunto único de investigações sobre a política, e tudo convergisse para uma ampla discussão sobre a cobiça, a tirania e a violência, temáticas centrais do livro.

Se a *Peregrinação* nos fornece, por um lado, a impressão de uma crítica severa à cobiça portuguesa (tema que inegavelmente se encontra no livro), é preciso compreender, de outro, que as deformidades morais de que participa o narrador não compõem um retrato isolado, porém um cenário de generalização da barbárie, de que todos participam, como coautores de uma dramática história que se define por um “estado constante de reviravolta, de mundo às avessas”¹⁵. A *Peregrinação* é um livro de ações e reações, de altos e baixos, de conquistas e misérias, e toda a investigação sobre os dramas e conflitos políticos do Oriente (sobretudo aqueles que giram em torno da tirania) oferece uma notória continuidade temática às políticas da ação portuguesa naquelas terras.

A pesquisa sobre as condutas tirânicas e expansionistas de reinos orientais, exposta nas partes finais do livro (antes da narrativa de Francisco Xavier), é antecipada pelos capítulos que rematam a história do presídio chinês, quando o rei dos tártaros invade Pequim e conquista o castelo de Nixiamcó, inclusive com a ajuda dos portugue-

¹⁴ LIMA, Francisco Ferreira de. *O outro livro das maravilhas*, p. 173.

¹⁵ JORGE, Carlos J. F. “A dimensão da pirataria na *Peregrinação*”, p. 86.

ses (cap. 119). A ação expansionista do rei tártaro, toda ela uma sequência temática às longas práticas de conquista e expansão dos portugueses na primeira parte do livro, será seguida por uma avalanche de histórias de outras conquistas e de outras guerras imperialistas de expansão e defesa de territórios – um vórtice revelador do mundo ao revés e definidor de uma condição histórica de insegurança e instabilidade no mundo do poder.

É esse grande recorte da *Peregrinação*, que vai do capítulo 144 a 199, que parece constituir um dos pontos fulcrais para a controvérsia sobre a tirania, mais do que os capítulos que tratam exclusivamente da conduta portuguesa. Fernão Mendes Pinto deixa entrever aqui quase um opúsculo de natureza política, elaborando um exame e uma observação aguda sobre o comportamento ético de reis, príncipes, embaixadores e estadistas que participam das ações políticas em jogo. Nesse conjunto imenso de personalidades e espaços geográficos, é possível distinguir condutas, empenhos, pensamentos, conforme pelo menos dois grupos que se firmam, seja pela ação tirânica e expansionista (como no caso do rei Bramá, por exemplo), seja pela defesa heroica de seus súditos e territórios (como no caso do Xemindó). Essa distinção vai se configurando desde os primórdios do livro, quando os achéns muçulmanos revelam-se povos expansionistas conquistando terras nas proximidades da Malásia, e mostrando-se o retrato vivo da violência e das práticas de conquista.

Nessa distinção entre os tiranos e os pacifistas, Mendes Pinto enxerga nos batas e nos aarus (logo no começo do livro) as vítimas de um modelo político expansionista, seja pela ação violenta dos achéns, seja pela reação indiferente e traidora dos portugueses. No capítulo 13, um embaixador do rei dos batas visita Pero de Faria, capitão de Malaca naquela circunstância, para lhe oferecer mantimentos em troca de apoio bélico contra os turcos achéns, que tinham invadido o território bata, matando por traição os filhos do rei e agora compelindo aquela gente a uma conversão forçada à religião muçulmana. É o próprio narrador que deverá levar ao rei bata, no capítulo 17, um apoio misérrimo em troca de ajuda na negociação de mercadorias portuguesas. O rei bata peleja contra os turcos e, sem amparo, perde a guerra. Com seus negócios em dia, e feliz com a venda que fizera, o narrador, aqui representando a embaixada portuguesa de Pero de Faria, faz de si mesmo, junto aos olhos do leitor, e sem qualquer pejo, o retrato de um sórdido interesseiro a serviço do império corrompido. Situação idêntica se dará depois, quando o rei de Aaru vem solicitar os préstimos do mesmo Pero de Faria, e o capitão, uma vez mais (depois de uma recusa por motivos fúteis), envia uma embaixada com apoio medíocre àquela gente, e uma vez mais também, por intermédio do próprio narrador, revela o jogo mesquinho de interesses por trás da política de expansão.

Capítulos depois, quando o rei de Aaru já é morto pela força invasora dos turcos achéns, será a vez da rainha sua viúva a despejar em Pero de Faria um rancoroso discurso contra a traição e a sordidez dos portugueses, que o próprio narrador admite serem “cousas nossas muyto mal feitas, a que chamaua mentiras, roubos, tyrannias” (*Per.* cap. 30, p. 106). Até então, ainda não estamos diante de uma denúncia evidente da tirania como exercício e manipulação do poder político e econômico, senão apenas diante de uma denúncia das suas consequências, estampadas na mentira e na traição, a forma primordial com que os conquistadores tratam os seus povos conquistados. Os

portugueses são flagrados, nessa primeira parte do livro, não exatamente por sua prática tirânica (como serão outros povos na parte final do livro), mas pelas consequências de tal prática, a par do retrato politicamente denunciador de uma gente que é interesseira, incapaz de boas embaixadas e alianças políticas e, por fim, infiel aos povos vencidos e subjugados a sua tirania¹⁶.

A primeira parte do livro, retrato historicamente contraditório dos portugueses como “bons cristãos” e hábeis traiçoeiros, serve de motivação para se pensar outras condutas políticas tirânicas nas partes finais, de que o rei de Bramá servirá como modelo mais acabado e cruel. Bramá¹⁷ aparece na *Peregrinação* como estadista tirano e expansionista, personalidade violenta e vingativa, conquistando, no capítulo 148, o reino de Martavão, em Pegu (hoje Birmânia), cujo rei Chaubainhá¹⁸ fizera pacto de comércio com os portugueses. É o próprio Mendes Pinto, sempre a serviço das embaixadas de Pero de Faria, quem diz no capítulo 144 que buscava Martavão para “assentar pazes co Chaubainhaa Rey de Martavão, como para por via de comercio virem os seus juncos com mantimentos â fortaleza” (*Per.* cap. 144, p. 474). Mas o apoio e a aliança com o Chaubainhá duram pouco: o rei de Martavão é sordidamente traído pelos portugueses, quando Bramá, entrando no reino conquistado com toda a sua comitiva bélica, numa gigantesca parada militar, traz consigo os próprios portugueses traidores, “todos vestidos de festa, com suas couras cortadas, & gorras nas cabeças concertadas com suas plumas”. A recusa do Chaubainhá em render-se aos portugueses (brevemente ele será jogado ao mar e terá sua mulher e filhos enforcados com mais 140 mulheres, num ato de brutalidade exasperada do Bramá) é altamente reveladora do quanto ele aceitaria o jugo da conquista bélica, por ser um dos componentes dessa roda do mundo desconcertado, mas nunca o da traição. Os portugueses, por decisão do Bramá, são forçados a se retirar da parada militar, como indignos de participar dela. “E em verdade affirmo que foy a cousa que mais senty em minha vida, por honra dos meus naturais”, admite o narrador, envergonhado da ação portuguesa (*Per.* cap. 150, p. 500).

Daqui em diante, o Bramá sairá furiosamente com seu exército descomunal, conquistando reinos e atropelando povos (Martavão, Avá, Savadi, Prom), passando por cima de tudo e de todos, com seus elefantes de guerra, vingando e humilhando os grandes em atos de selvageria, qual o retrato assustador de um tirano a deixar um rastro de sangue. E logo também virá o rei de Demá¹⁹, outro dos políticos expansionistas,

¹⁶ Charles Boxer esclarece que os portugueses, pouco preocupados com alianças políticas sólidas, estiveram mais interessados em se aproveitar das rivalidades já existentes entre povos do Oriente, no sentido de impedir uma oposição asiática eficaz à agressão e à expansão portuguesa: BOXER, Charles. *O império marítimo português*, p. 65.

¹⁷ Ou Rey de Brama, na grafia do autor: “King Tabin-shwi-hti of Burma (c. 1531-1550). He became a great menace to the neighbouring states, including Siam, which he attacked in 1549, taking advantage of the internal turmoil in Ayutthaya following King Chai Racha’s death”: ALVES, Jorge Santos. *Fernão Mendes Pinto and the Peregrinação*, vol. III, p. 243, nota 1.

¹⁸ Chaubainhaa, ou Saw Binya (Cō Bañã), era o título do governador de Martaban, ou Muttama: ALVES, Jorge Santos. *Fernão Mendes Pinto and the Peregrinação*, vol. III, p. 190, nota 6.

¹⁹ Ou Rei de Demak, reino situado na costa norte da ilha de Java, capital do primeiro estado muçulmano de Java, sobre a qual muito pouco se sabe no séc. XVI. Sobre o rei: “During his

dessa vez a conquistar o reino de Passarvão, bravamente defendido por um nobre rei que “era muyto liberal, & nada tiranno” e, sobretudo, “bem inclinado para os pequenos do pouo, & grandemente amigo dos pobres” (*Per.* cap. 173, p. 596).

Os argumentos subsequentes são bastante reveladores daquele vórtice de guerras e conquistas que consolidam a imagem de um mundo politicamente instável, todo ele decorrente do jogo de traições e manipulações ao longo de uma história manchada de sangue. E daqui em diante, o leitor poderá compor mentalmente para si a natureza intrínseca dos grupos políticos da administração oriental, que podem ser separados entre conquistadores e tiranos, de um lado, e pacifistas e não-tiranos, de outro. O bom rei de Sião será traído por sua esposa adúltera, num recorte dramático que bem lembraria uma tragédia de Shakespeare, o que faz desencadear a ganância do Bramá que, por isso, acabará buscando seu próprio fim, não sem antes perder seus territórios conquistados em Pegu e Martavão, agora sob a disputa entre o Xemindó²⁰ e o Xemin de Satão²¹, da qual sairá vitorioso o Xemindó, mas por pouco tempo, pois será vingado pelo Chaumigrem²², antigo aliado do Bramá. Paralelamente a esses fatos, o rei de Demá quer conquistar Passarvão, com a aliança do rei de Sunda, mas é impedido por um seu súdito, numa antológica cena em que uma criança de 12 anos mata o seu rei por um motivo fútil. É claro que esse conjunto de episódios se refere aqui a uma síntese grosseira, de cunho meramente instrutivo. Apesar de envolver seu leitor num amontoado infundável e complexo de referenciais históricos, verdadeiro manual de narrativa das guerras de seu tempo, trabalho robusto de um orientalista de vida e de leitura, Fernão Mendes Pinto fabrica uma arquitetura de caráter simples e moralizante, quase um opúsculo intencionado a evidenciar seus argumentos pessoais sobre história e filosofia política²³. Não será ele, portanto, apenas um contador de histórias, porém, acima de

long reign, this king launched a number of military campaigns against the island’s Hindu states, such as Banten and Majapahit, and succeeded in asserting himself as the most powerful ruler on the island. He even extended his authority over several overseas states”: ALVES, Jorge Santos (dir.). *Fernão Mendes Pinto and the Peregrinação*, vol. III, p. 228, nota 4.

²⁰ Ou Xemindoo, na grafia de Mendes Pinto: “Smin Tho-rama (commonly shortened to Smin Tho or “Htaw” in the traditional transcription) was the son of Baña Ram, a former Mon king at Pegu (1492-1526) [...]. He was a Buddhist monk but quit the order to lead a revolt against the rule of Tabinshwethi. According to Pinto, this revolt forced Tabinshwethi to cut short his Siam campaign (chapter 186), abandon the siege of Ayutthaya, and return home”: ALVES, Jorge Santos (dir.). *Fernão Mendes Pinto and the Peregrinação*, vol. III, p. 249, nota 2.

²¹ Sobre o Xemin de Satão, ou Smin Thwat, menciona-se que ele se tornara governador de Sit-taung apenas em 1550, com a morte de Mahagyi: Jorge Santos Alves (dir.). *Fernão Mendes Pinto and the Peregrinação*, vol. III, p. 250, nota 11.

²² Sobre o Chaumigrem: “Pinto’s Chaumigrem is Bayinnaung Kyawthin Noratha, Tabinshwethi’s greatest general and his successor in 1555. Pinto’s term which cannot be related to a known title of Bayinnaung could be interpreted as Saw-min-gyi, a title for a high ranking person”: ALVES, Jorge Santos. *Fernão Mendes Pinto and the Peregrinação*, vol. III, p. 205, nota 3.

²³ Rui Loureiro esclarece que Fernão Mendes Pinto não era homem de poucas letras, e que possivelmente teria feito pesquisas avançadas sobre história e cartografia para elaborar a comple-

tudo, o observador social de um tempo em crise e de um mundo em desconcerto. De suas narrativas emergem sistemas, conceituações, entendimentos, juízos críticos, enfim, uma verdadeira síntese da “ciência política” de sua era, solidamente sustentada nas preocupações com a cobiça e o imperialismo.

Ainda que possam parecer de uma disposição maniqueísta e moralizante nas suas intenções, as pesquisas políticas de Fernão Mendes Pinto projetam no cenário histórico certas personalidades e comportamentos que se revelam como referências éticas concebidas pelo autor: o rei tártaro, Bramá, Demá, o Xemin de Satão, e de certa forma, o Chaumigrem (vingador do rei Bramá) compõem o rol de monarcas tirânicos, voltados a uma política expansionista e opressora. De outro lado, o rei de Sião, o Chaubainhá, o Xemindó, e antes deles, o rei dos batas, bem como o rei e a rainha de Aaru, ou ainda o pobre reizinho tornado cristão na ilha de Pulo Hinhor, formam o rol de monarcas defensores de seus territórios e de seus direitos, sempre na inútil tentativa de proteger sua gente vitimada por ideais de conquista. O Xemindó talvez seja o melhor exemplo do monarca pagão judicioso e prudente, quase um sábio beirando a santidade (Smin Tho fora monge budista), na defesa de seu reino de Pegu. Nos três anos e meio de seu governo, conforme interpreta o narrador, “esse Xemindoo a cousa em que primeyra & principalmente entendeo foy em trabalhar todo o possiuel por conseruar a Republica em paz & justiça com huma tamanha quietação & inteireza, que nenhum grande ousaua a leuantar os olhos para nenhum pequeno por muyto pequeno que fosse” (*Per.* cap. 194, p. 667). O Chaumigrem, que lhe toma à força o reino de Pegu, em nome de uma vingança do rei Bramá, leva a cabo um verdadeiro exercício de crueldade: mata-lhe a filha “encima de seu pay, porque a viu abraçada com elle”, humilha-o em procissão pública e corta-lhe a cabeça, esquartejando em oito partes o corpo do santo. O velho Xemindó, exemplo de estoicismo e dignidade, suporta as humilhações, como um Cristo que sobe o calvário²⁴.

Se Mendes Pinto supostamente elabora uma espécie de libelo contra a tirania, a posição de seu narrador frente a esse quadro de horrores parece ter importância extraordinária. Rebecca Catz deu início à tradição crítica de que o narrador da *Peregrinação*, a exemplo dos narradores satíricos (Rabelais, Montesquieu, Voltaire), é o observador impassível que narra a história com olhar ingênuo, sem dar tento das atrocidades e incongruências daquilo que conta, como teria feito Gulliver, manipulado por Jonathan

xa sequência de guerras mencionada na *Peregrinação*: LOUREIRO, Rui. “Mission impossible”. p. 255.

²⁴ Carla Martins Tavares, em pesquisa sobre a *Peregrinação*, evidencia que Mendes Pinto se comove com o sofrimento das rainhas abandonadas que perderam guerras (a rainha de Onor, a de Aaru, a de Pongor), bem como com a sabedoria dos anciãos orientais, como o velho de Callemplui, ou o próprio Xemindó: TAVARES, Carla Margarida Martins. *Identidade e alteridade na Peregrinação de Fernão Mendes Pinto*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Aveiro, 2008, pp. 69 e 73. António Moniz confirma que o Xemindó, na trágica cena de sua humilhação pública, revela-se uma espécie de Cristo em sua estoica dignidade: MONIZ, António. *Para uma leitura da Peregrinação de Fernão Mendes Pinto*. Lisboa: Presença, 1999, p. 126-127.

Swift²⁵. A cena final do capítulo 65, em que o bando de Antonio de Faria, em resposta à soberba do mandarim de Nouday, invade a cidade, mata autoridades, faz pilhagem de bens e pertences, incendeia casas e leva mulheres, é o típico exemplo da observação indiferente de um narrador que não comenta as atrocidades de que participa: “e todos muyto ricos & muyto contentes, & com muytas moças muyto fermosas, que era lastima velas yr atadas cos murrões dos arcabuzes de quatro em quatro, & de cinco em cinco, & todas chorando, & os nossos rindo & cantando” (*Per.* cap. 65, p. 218).

Nessa apreciação sobre o narrador ingênuo e impassível, não deixa de haver aí uma tese atraente, mas que precisa ser ajustada. É Carlos Jorge quem considera que, a julgar pelo cenário de violência e atrocidades da pirataria nos mares do Índico em meados do séc. XVI, o narrador não é exatamente um ingênuo, mas o retratista impassível de um panorama de guerra, o qual, vendo-se inserido num contexto em que a barbárie e a desumanidade são a moeda de troca nas relações entre estranhos, torna-se ele mesmo um personagem a mais nessa teia de articulações²⁶. João David Pinto Correia, sempre um atencioso leitor da *Peregrinação* e das literaturas de viagens no princípio do Renascimento, pontua que “talvez alguns dos registos que nos parecem provir do ‘olhar ingênuo’ não sejam mais do que fingimentos literários (ou, melhor, pura ficcionalidade) para composição mais acertada e conveniente da escrita”²⁷.

Mas o fato é que Fernão Mendes Pinto não é tão impassível nem tão ingênuo quanto possa parecer no cômputo de suas cenas de crueldade e, por curioso que se nos revele, seu olhar horrorizado, bem mais que indiferente ou imperturbável, apresenta métodos diferentes no julgamento de portugueses e orientais, mas sempre na ótica de seu opúsculo contra a tirania. Os monarcas orientais são julgados conforme um corpo doutrinário de ideias políticas, a separar o joio do trigo: de um lado, conquistadores e tiranos, de outro, os pacifistas e defensores da gente vitimada²⁸. Quando, no capítulo 120, o Mitaquer, capitão do rei tártaro, sai com sua tropa rumo a Pequim, destruindo povos e incendiando aldeias, o narrador comenta que a obra é “assaz digna de quem a fez”, e lá na frente (capítulo 123), quando o próprio rei tártaro abandona Pequim, e sai igualmente pilhando e incendiando aldeias, até chegar em casa, insatisfeito do que fi-

²⁵ CATZ, Rebecca. *A sátira social de Fernão Mendes Pinto*, pp. 122-153. A leitora americana de Mendes Pinto denuncia uma sólida diferença entre narrador e autor, na medida em que o segundo manipula no primeiro uma espécie de personagem ingênuo e autodepreciativo, tão alegre quanto curto de inteligência, portanto, incapaz de apreender os absurdos que narra. Lélia Parreira Duarte também observa que “ao estilo grandioso da epopéia contrapõe-se, portanto, o estilo humilde – fingidamente ingênuo de quem não sabe o que está a contar – do pícaro, cujas narrativas são intercaladas de anedotas e palhaçadas de um autor que se faz de tolo, numa prosa falada de narrativa oral”: DUARTE, Lélia Parreira. “*Os Lusíadas*, de Camões, e a *Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto: perspectivas das viagens portuguesas”, *Via Atlântica*, n. 3, dez. 1999, p. 265.

²⁶ JORGE, Carlos J. F. “A dimensão da pirataria na *Peregrinação*”, p. 64.

²⁷ CORREIA, João David Pinto. “Deslumbramento, horror e fantasia: o olhar ingênuo na Literatura de Viagens”, in: CRISTÓVÃO, Fernando. *O olhar do viajante*, p. 14.

²⁸ Sobre o julgamento dos portugueses, a questão será comentada nas próximas páginas.

zera, o mesmo narrador se refere à ação tártara como atitude grosseira, “com hum cruel estrago dos miseraueis moradores della, de que nos os noue companheyros andauamos como pasmados” (*Per.* cap. 123 p. 408). Sim, mas o narrador não se mostrou pasmado quando os portugueses fizeram o mesmo com o mandarim de Nouday.

Diferentemente da visão de ingenuidade ou imperturbabilidade do narrador da *Peregrinação*, como tem sido apontado pela crítica até agora, é preciso ter em conta que há no livro inúmeras considerações pessoais no que se refere à brutalidade ou à brandura na conduta dos monarcas do Oriente. Enfim, o narrador toma partido, sim. Comentando a atitude insensível do rei Bramá diante das súplicas da rainha de Prom, por exemplo, o narrador define que os pobres desse reino receavam-se desses “inimigos crueys & desumanos” e o próprio rei conquistador é definido como “o tyranno Bra-maa”, alcunha que caberá também ao “tyranno Xemin de Çatão” (*Per.* respectivamente cap. 154, pp. 514 e 515; e cap. 191, pp. 657). Quando o Demá faz o cerco para invadir Passarvão, no capítulo 173, o narrador comenta que o pobre monarca deste reino se viu “cercado de huma gente tão baixa & tão vil, que contra toda a razão & justiça os queria por força obrigar a deixarem a fee em que seus pays os criarão”²⁹. E quanto ao Chaugmigrem, que vai aparecer em cena para vingar a morte do Bramá e matar a filha do Xemindó frente aos olhos assombrados do pai, o narrador julga a cena como “crueldade certo mais que brutal, & mais que ferina que quer ainda impedir os affeitos da natureza” (*Per.* cap. 197, p. 679). Crueldade, brutalidade, desumanidade são termos que se multiplicam no livro, quando se aplicam à descrição dos tiranos do mundo oriental. Opostamente, o Chaubainhá, na cena em que é humilhado na já comentada parada militar do Bramá que ocupa Martavão, é visto “em huma alifanta pequena em sinal de pobreza & desprezo do mundo”, e com “a fisionomia graue & seuera, & e aspeito de príncipe generoso” (*Per.* cap. 150, p. 499). Numa cena muito semelhante, quando o Xemindó será levado à humilhação pública e depois à execução, o monarca “trazia na cabeça huma coroa de palha como barça de ourinol”, por certo em sinal de humildade, e “não deixava de mostrar no aspeito dos olhos, que de quando em quando aleuantava, o ser de Rey, com uma brandura tão seuera no rosto que fazia chorar a toda a pessoa” (*Per.* cap. 198, p. 681). Mesmo o rei de Sião, que tem curta passagem pelo livro, traído e assassinado que foi pela própria esposa, é visto pelo narrador como “o melhor Rey Gentio que nunca ouue naquella terra, & no seu tempo em nenhuma outra parte do mundo” (*Per.* cap. 183, p. 626). Generosidade, brandura e justiça são termos que também se multiplicam no livro, ao se fazer a descrição dos monarcas pacifistas e defensores legítimos de sua terra e de sua gente.

Não é possível falar aqui de um narrador ingênuo ou impassível. Ao contrário, trata-se de um indivíduo que se posiciona ideologicamente e que julga aquilo que vê, conforme diretrizes e paradigmas que são lentamente construídos ao longo do livro, e por fim, um indivíduo horrorizado com as práticas que narra, todas elas convergindo

²⁹ Quando morre o rei de Demá e o governador e o almirante entram em conflito e guerra civil em disputa pelo novo poder, é o narrador quem uma vez mais julga a irresponsabilidade política do Demá, dizendo: “E este foy o fim que teue o mao conselho de hum Rey moço criado entre mancebos, & governado por sua vontade sem ter quem lha contradixesse” (*Per.* cap. 178, p. 611). Em outros termos, o rei de Demá é descrito como uma criança mimada no poder.

seja para a conquista bélica seja para a tirania. Mas se orientais e gentios são julgados por um narrador que não hesita em manifestar claramente sua visão de mundo política e seu inconformismo contra o exercício da crueldade, o mesmo não ocorre com os portugueses, sobre cujos feitos, igualmente tirânicos, o narrador parece silenciar-se. Nesse sentido, a tese de Rebecca Catz, seguida de outros críticos que lhe vieram ao encalço, nos acena para um significado particularmente ambíguo que assume a estrutura narrativa do livro, em que o narrador ingênuo e impassível subitamente parece tomar existência em certos momentos, depois de seu exercício de julgamento dos bons e dos maus, no campo da política oriental. Sim, é inegável que Fernão Mendes Pinto não tece qualquer julgamento contra os portugueses, ainda que ele igualmente não deixe de denunciar neles as mesmas práticas de crueldade no exercício da tirania e da expansão econômica.

Mas, ainda aqui, não poderíamos falar de um narrador ingênuo e impassível, pois que os recursos de seu julgamento pessoal não deixam de existir, porém apenas mudam de foco e estratégia. Diversos críticos, incluindo também Rebecca Catz, já haviam percebido que a ótica e o discurso de personagens orientais no livro são decisivos para o entendimento das sentenças e apreciações do próprio Mendes Pinto. É muito perspicaz a observação de Luís Felipe Barreto de que, na *Peregrinação*, “surge talvez, pela primeira numa obra ocidental, o efeito literário do asiático como sujeito que ajuíza um objecto que é o europeu. Avaliação crítica que coloca na boca do personagem asiático as denúncias da contradição da expansão portuguesa”³⁰. Nesse sentido, Mendes Pinto é mesmo um grande inovador na prosa renascentista portuguesa, e os complexos desdobramentos de seu narrador devem ficar sob o olhar atento e sob a agudeza do leitor.

Se o julgamento do narrador sobre as condutas orientais revela a atitude do homem horrorizado frente às práticas de violência e tirania, é notório que o autor nos faz inverter o jogo e compreender, ao mesmo tempo, que também os “narradores” orientais se mostram horrorizados com as mesmas práticas de violência e tirania dos portugueses, numa curiosa atitude de nivelamento das condutas e procedimentos que, sem qualquer pudor ou distinção, são postos a descoberto diante do leitor. Mendes Pinto, ao silenciar-se frente à ação portuguesa, elabora outros “narradores” que, assumindo voz e prestígio na dimensão narrativa, são também eles testemunhas e julgadores da barbárie que grassou nos mares do Índico, nos tempos da expansão do império português. Diversos exemplos já foram dados no início deste artigo como “voz” do homem oriental sobre os invasores europeus: gente ingrata, sem conhecimento de Deus, bárbaros e cobiçosos, enfim, são “os homens de barbas compridas e corpos de ferro”, uma gente estranha do cabo do mundo que surge no cenário da história apenas para o exercício de sua traição, nas práticas da expansão política e econômica, esse mo-

³⁰ BARRETO, Luís Felipe. “O orientalismo conquista Portugal”, in: NOVAES, Adauto (org.). *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras/ Minc Funarte, 1998, p. 284. Teresa Araújo chega a sugerir que “ao mesmo tempo que o Oriente e suas gentes absorvam a sua curiosidade, são eles que o despertam para a pureza do cristianismo que o Ocidente cristão perdeu”: ARAÚJO, Teresa. “Fernão Mendes Pinto”, in MACHADO, Álvaro Manuel (org.). *Dicionário de literatura portuguesa*. Lisboa: Editorial Presença, 1996, p. 384.

delo que faz convergir a violência e a tirania.

Por fim, será preciso ainda lembrar que tudo, senão quase tudo aquilo que é julgado na prática oriental, tem o seu correspondente na prática dos portugueses. Mesmo no campo religioso, em que Mendes Pinto parece se mostrar mais autenticamente eurocêntrico, as críticas à perfídia dos bonzos no Japão, ou a qualquer outro sacerdote pelos sertões do Oriente, revelam comportamentos muito próximos ao de sacerdotes europeus naquele tempo, como desvios sexuais e práticas de indulgências. Mesmo o conceito de “patranhas”, referido pelo narrador inúmeras vezes ao longo de suas observações pessoais sobre as crenças gentílicas, também é mencionado, na altura do capítulo 220, pelo rei de Patane, quando diz, a respeito da comitiva de Nunes Barreto ao Japão para pregar o cristianismo, que os portugueses deveriam ganhar dinheiro na China em vez de pregarem patranhas a reinos estranhos. A julgar por esse desdobramento do narrador em múltiplas identidades e olhares diversos, já não é possível mencionar diferenças substanciais entre a Europa e o Oriente, e não será também conveniente identificar no autor apenas o crítico fervoroso das campanhas portuguesas na expansão de seu império. Seu olhar alcança mais do que isso: é o desconcerto do mundo nas práticas da tirania, a espalhar o ódio, a intolerância, a cobiça e a violência, independentemente de quem esteja à frente desses projetos, se portugueses, muçulmanos ou gentios.

A par de todas essas questões levantadas, há pelo menos duas passagens singulares no livro, supostamente a flagrar o ímpeto e a avidez eurocêntrica de Mendes Pinto, bem como o vínculo do livro com as literaturas de viagens publicadas para fins de uso por parte dos navegadores a serviço dos estados europeus. Estão nos capítulos 143 e 189. No primeiro, o narrador, ao sair da ilha dos léquios, rumo a Liampó, depois de ter sido aprisionado por autoridades e libertado pela iniciativa de mulheres piedosas, põe-se a fazer uma minuciosa descrição da ilha, como forma de facilitar futuras conquistas portuguesas. No segundo, o narrador, ao sair do reino de Sião, insinua ao leitor que a terra será fácil de ser conquistada.

Em ambos os casos, trata-se de uma irônica insinuação à típica passagem das literaturas de viagens da época dos descobrimentos, em que o narrador expõe descobertas, rastreio, informações científicas e dados empíricos a navegadores, cartógrafos e a todo o pessoal técnico a serviço das coroas expansionistas na Europa³¹. Mas, por mais que se procure na *Peregrinação* algum traço da literatura da “viagem de expansão”, há elementos demais no livro que nos autorizam a relativizar substancialmente essa comparação. A *Peregrinação* é romance, é ficção misturada a experiências pessoais, é invenção, é fábula misturada a historiografia, é urdidura fantástica. E por mais que o próprio autor nos informe sobre o seu interesse de pontuar e caracterizar cada região visitada como instrução científica para futuros navegadores, há também elementos demais no livro que nos autorizam a perceber outras dimensões mais ricas e complexas que as da “viagem de expansão”.

Nos dois casos acima referidos, o narrador se vê em situações muito semelhan-

³¹ É o que Fernando Cristóvão chama de “viagem de expansão”, subgênero da literatura de viagens: CRISTÓVÃO, Fernando. “Para uma teoria da literatura de viagens”, in: *Condicionantes culturais da literatura de viagens*. Coimbra: Edições Almedina, 2002, p. 43.

tes: abandonando uma terra onde uma gente lhe fora piedosa e gentil, para depois se servir dessa experiência como forma de obter informação científica e empírica para futuras conquistas de sua gente. É uma atitude sórdida, no mínimo ingrata. As passagens acima revelam um propósito que denuncia aquilo que é mais sórdido no espírito da tirania e das políticas de conquista: a ingratidão, a aleivosia, a fraude nas relações políticas e nas alianças econômicas, enfim, a traição. E essa estratégia só pode ser compreendida por um desnudamento da impostura do narrador. Portanto, parecem ter sido sensatos e legítimos aqueles que pensaram que o eixo central da complexidade da *Peregrinação* reside no caráter e no feitio desse narrador que se desdobra em múltiplos.

Fernão Mendes Pinto conheceu de perto a tirania e a violência em sua intimidade. Aqui e ali, para além da voz denunciadora das vítimas orientais (o menino chinês, o rei dos batas, a rainha de Aaru, o velho Hiticou, e uma infinidade de outros), o autor vai pontuando também outras vozes, agora portuguesas, que vivenciaram os dramas familiares decorrentes da cobiça. A experiência nos cárceres da China, e depois, a viagem de Pequim a Quansy, vão mostrando encontros comoventes: com Inês de Leiria, nascida no exílio, filha de Tomé Pires; e depois com Vasco Calvo, cuja esposa acolhe os portugueses como fosse mãe de todos eles³². Inês de Leiria, vendo os portugueses como mendigos em Sampitay, na China, dando-lhes do pouco que tinha, “nos encomendou muyto que não curassemos de fazer viagens compridas, onde Deos permitira fazer as vidas tão curtas” (*Per.* cap. 91, p. 296). Uma voz que se levanta contra a cobiça e até mesmo contra o império. Depois será o próprio Vasco Calvo, vivendo em casa humilde no interior da China, rezando clandestinamente e chorando lágrimas de saudade da pátria, junto “[d]aquelles meninos innocentes, em terra tão apartada, & sem conhecimento de Deos” (*Per.* cap. 116, p. 385). Mas antes, ainda a revelar as amarguras da cobiça, será um leteiro que os cativos portugueses encontram na vila de Iunquileu, no interior da China, uma espécie de epitáfio sobre o túmulo do rei de Malaca, Tranocem Mudeliar, que fora buscar ajuda ao imperador da China contra o capitão Albuquerque, “lião dos roubos do mar”, e sua “gente de terra sem nome”, sobre o que um chinês “que parecia mais honrado” diz se tratar de um rei de Malaca em desespero que, 40 anos antes, viera buscar socorro na China contra uma gente cobiçosa “do cabo do mundo” (*Per.* cap. 90, p. 294). É altamente significativo e memorável que um escritor português narre a história das conquistas de sua gente, virando a mesa e usando as lentes do homem oriental, numa atitude desconfortável para com seus iguais, embora sempre o faça sem a anuência do narrador, como fosse discurso de uma gente sem nome, lá do cabo do mundo. Afonso de Albuquerque, conquistador de Malaca em 1511, e governador do Estado da Índia entre 1509-1515, não é aqui o retrato de um herói, “ilustríssimo”, como o define Camões (*Lus.* X, 45-2), mas o “leão dos roubos do mar”.

À guisa de conclusão, é preciso considerar, por fim, que a sustentação temática da *Peregrinação* reside numa pesquisa sobre o desconcerto do mundo levado a efeito pela tirania e por suas decorrências, como a sordidez, a violência, a cobiça – os motores do mundo. Impérios se erguem e caem como um castelo de cartas de baralho, num

³² Tomé Pires e Vasco Calvo estiveram entre os primeiros embaixadores enviados à China, numa embaixada mal sucedida na corte de Ming, entre 1518-1521: ALVES, Jorge Santos (dir.). *Fernão Mendes Pinto and the Peregrinação*, vol. III, nota 2, p. 118.

jogo ininterrupto que compõe a história das civilizações. Mesmo a China, reino gigantesco, cujo imperador é o “leão coroado no trono do mundo”, caiu sob as mãos do rei tártaro. Tiranos, conquistadores, violentos, generosos, sábios ou santos: todos eles são reduzidos à sua condição de humanidade e miséria, porém, antes disso, devem ser julgados por sua conduta e pensamentos. Não há um só deles que não seja levado a tribunal, seja pela força motriz da história, seja pelo tribunal interior, seja mesmo pela consciência moral de Fernão Mendes Pinto, que a todos observa e a todos propõe seu julgamento, na forma do discurso próprio, ou na forma do discurso alheio. Não é justo que se pense, portanto, que o autor tenha escrito um livro contra a expansão do império português, embora ele também o seja, em certa medida³³. Não, a *Peregrinação* é bem mais que isso: é um verdadeiro libelo contra a tirania motivada por um modelo político e econômico que arrasta consigo certos desdobramentos na vida social, estampados na violência, na intolerância, na mesquinharia, no fanatismo religioso, na ânsia de poder e dinheiro. Não é pouco para um livro.

³³ É oportuno o comentário de António Moniz: “[...] a óptica política da *Peregrinação* adquire uma coloração equidistante do etnocentrismo ou do nacionalismo, de um lado, e do universalismo relativista, ou antinacionalista, como acentua certa crítica contemporânea [Catz e Sarai-va], de outro”: MONIZ, António. *Para uma leitura da Peregrinação de Fernão Mendes Pinto*, pp. 41-42.